

1 Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001

Subimperialismo de dados: uma crítica ao colonialismo de dados diante das Big Techs sul-americanas¹

Data Subimperialism: A Critique of Data Colonialism in the Face of South American Big Techs

Subimperialismo de datos: una crítica al colonialismo de datos ante las Big Techs sudamericanas

Kenzo Soares Seto

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ (PPGCOM/ECO-UFRJ). Membro do grupo de pesquisa NETLAB - ECO/IBICT. Contato: kenzosoares.ufrj@gmail.com

Submetido em: 14 mai. 2023

Aprovado em: 26 set. 2023



Creative Commons



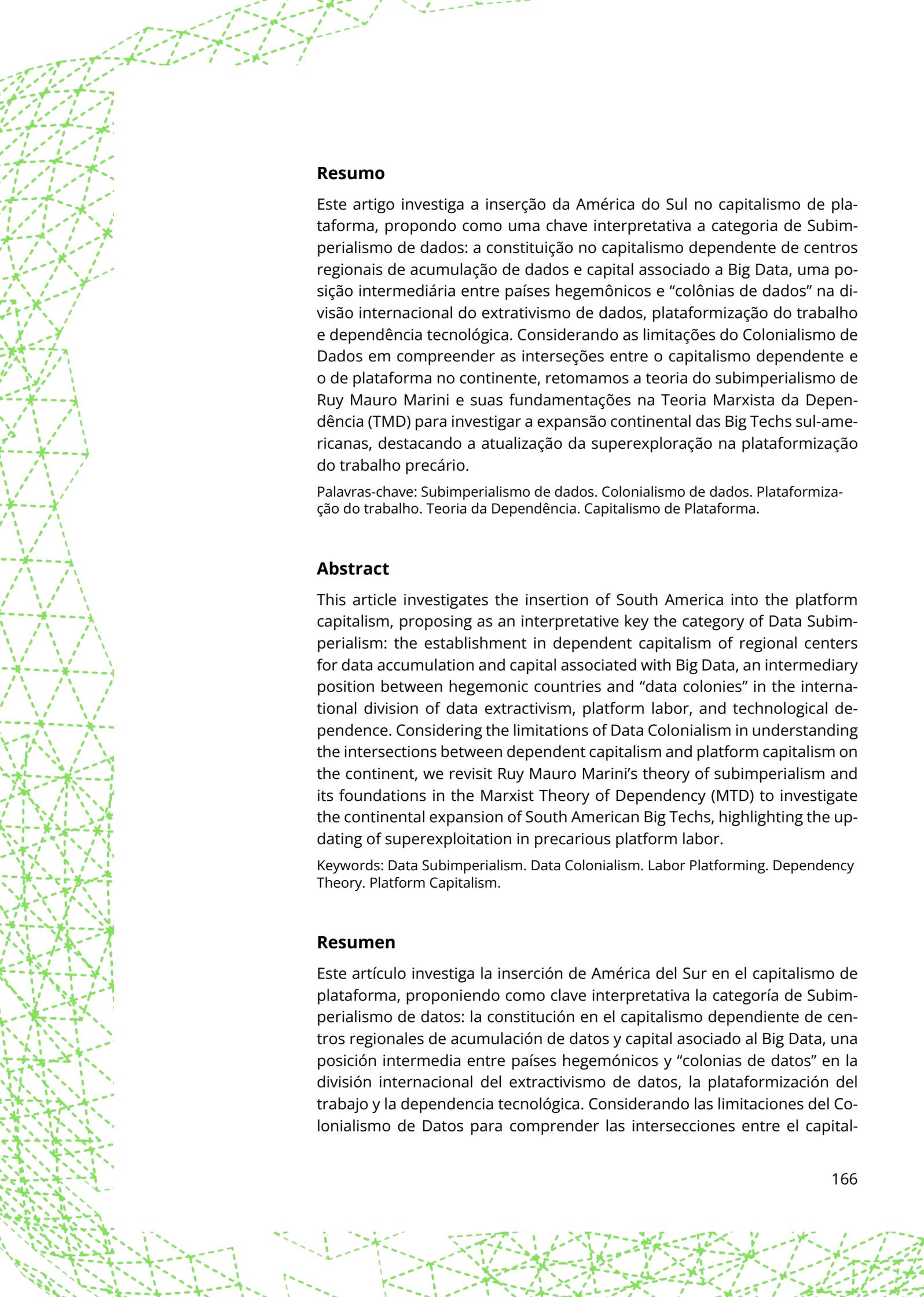
Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal



Resumo

Este artigo investiga a inserção da América do Sul no capitalismo de plataforma, propondo como uma chave interpretativa a categoria de Subimperialismo de dados: a constituição no capitalismo dependente de centros regionais de acumulação de dados e capital associado a Big Data, uma posição intermediária entre países hegemônicos e “colônias de dados” na divisão internacional do extrativismo de dados, plataformização do trabalho e dependência tecnológica. Considerando as limitações do Colonialismo de Dados em compreender as interseções entre o capitalismo dependente e o de plataforma no continente, retomamos a teoria do subimperialismo de Ruy Mauro Marini e suas fundamentações na Teoria Marxista da Dependência (TMD) para investigar a expansão continental das Big Techs sul-americanas, destacando a atualização da superexploração na plataformização do trabalho precário.

Palavras-chave: Subimperialismo de dados. Colonialismo de dados. Plataformização do trabalho. Teoria da Dependência. Capitalismo de Plataforma.

Abstract

This article investigates the insertion of South America into the platform capitalism, proposing as an interpretative key the category of Data Subimperialism: the establishment in dependent capitalism of regional centers for data accumulation and capital associated with Big Data, an intermediary position between hegemonic countries and “data colonies” in the international division of data extractivism, platform labor, and technological dependence. Considering the limitations of Data Colonialism in understanding the intersections between dependent capitalism and platform capitalism on the continent, we revisit Ruy Mauro Marini’s theory of subimperialism and its foundations in the Marxist Theory of Dependency (MTD) to investigate the continental expansion of South American Big Techs, highlighting the updating of superexploitation in precarious platform labor.

Keywords: Data Subimperialism. Data Colonialism. Labor Platforming. Dependency Theory. Platform Capitalism.

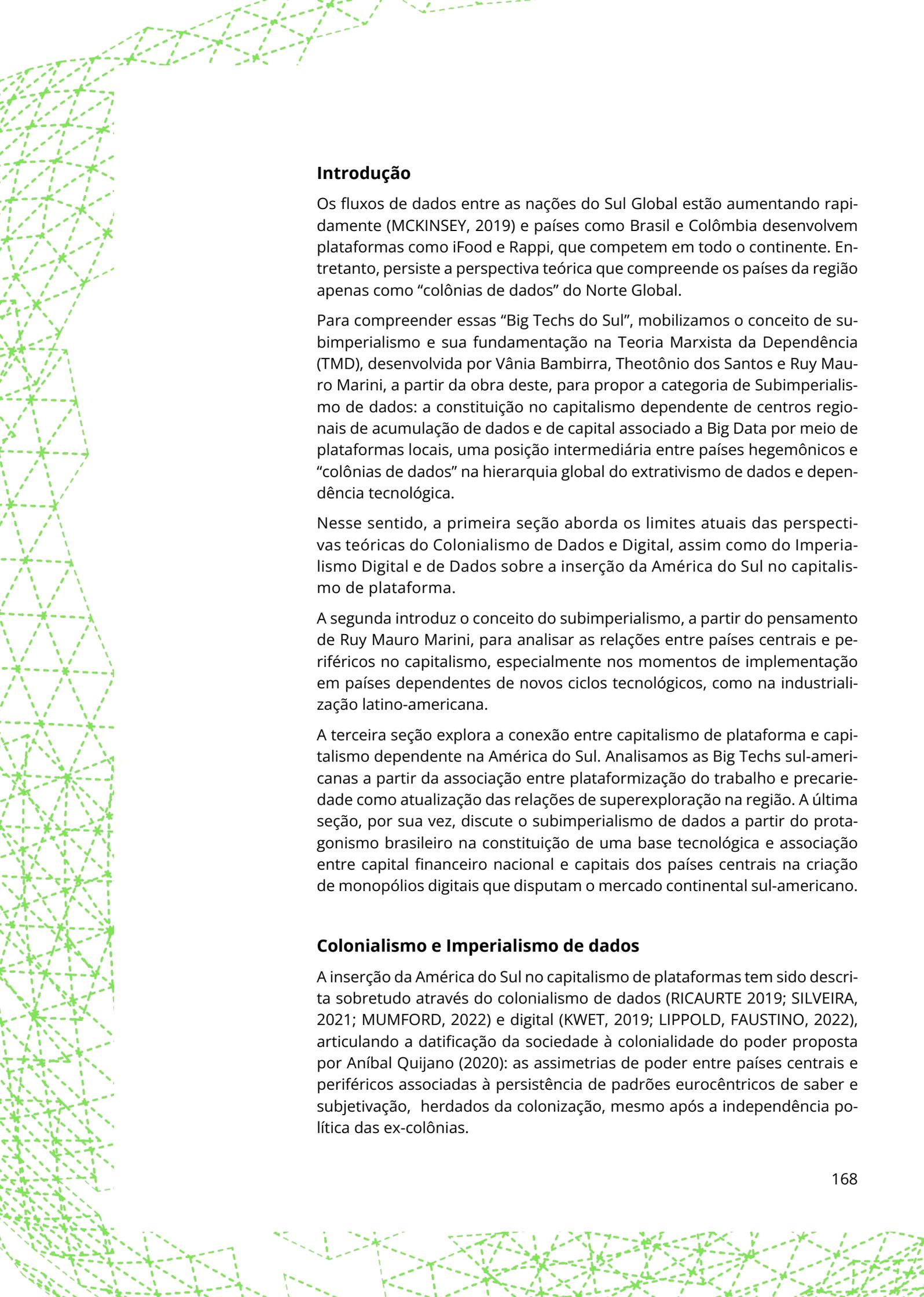
Resumen

Este artículo investiga la inserción de América del Sur en el capitalismo de plataforma, proponiendo como clave interpretativa la categoría de Subimperialismo de datos: la constitución en el capitalismo dependiente de centros regionales de acumulación de datos y capital asociado al Big Data, una posición intermedia entre países hegemónicos y “colonias de datos” en la división internacional del extractivismo de datos, la plataformización del trabajo y la dependencia tecnológica. Considerando las limitaciones del Colonialismo de Datos para comprender las intersecciones entre el capital-



ismo dependiente y el de plataforma en el continente, retomamos la teoría del subimperialismo de Ruy Mauro Marini y sus fundamentos en la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) para investigar la expansión continental de las Big Techs sudamericanas, destacando la actualización de la superexplotación en las plataforma digitales de trabajo precario.

Palabras clave: Subimperialismo de Datos. Colonialismo de Datos. Plataformización del trabajo. Teoría de la Dependencia. Capitalismo de Plataforma.



Introdução

Os fluxos de dados entre as nações do Sul Global estão aumentando rapidamente (MCKINSEY, 2019) e países como Brasil e Colômbia desenvolvem plataformas como iFood e Rappi, que competem em todo o continente. Entretanto, persiste a perspectiva teórica que compreende os países da região apenas como “colônias de dados” do Norte Global.

Para compreender essas “Big Techs do Sul”, mobilizamos o conceito de subimperialismo e sua fundamentação na Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvida por Vânia Bambilra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, a partir da obra deste, para propor a categoria de Subimperialismo de dados: a constituição no capitalismo dependente de centros regionais de acumulação de dados e de capital associado a Big Data por meio de plataformas locais, uma posição intermediária entre países hegemônicos e “colônias de dados” na hierarquia global do extrativismo de dados e dependência tecnológica.

Nesse sentido, a primeira seção aborda os limites atuais das perspectivas teóricas do Colonialismo de Dados e Digital, assim como do Imperialismo Digital e de Dados sobre a inserção da América do Sul no capitalismo de plataforma.

A segunda introduz o conceito do subimperialismo, a partir do pensamento de Ruy Mauro Marini, para analisar as relações entre países centrais e periféricos no capitalismo, especialmente nos momentos de implementação em países dependentes de novos ciclos tecnológicos, como na industrialização latino-americana.

A terceira seção explora a conexão entre capitalismo de plataforma e capitalismo dependente na América do Sul. Analisamos as Big Techs sul-americanas a partir da associação entre plataformização do trabalho e precariedade como atualização das relações de superexploração na região. A última seção, por sua vez, discute o subimperialismo de dados a partir do protagonismo brasileiro na constituição de uma base tecnológica e associação entre capital financeiro nacional e capitais dos países centrais na criação de monopólios digitais que disputam o mercado continental sul-americano.

Colonialismo e Imperialismo de dados

A inserção da América do Sul no capitalismo de plataformas tem sido descrita sobretudo através do colonialismo de dados (RICAURTE 2019; SILVEIRA, 2021; MUMFORD, 2022) e digital (KWET, 2019; LIPPOLD, FAUSTINO, 2022), articulando a datificação da sociedade à colonialidade do poder proposta por Aníbal Quijano (2020): as assimetrias de poder entre países centrais e periféricos associadas à persistência de padrões eurocêntricos de saber e subjetivação, herdados da colonização, mesmo após a independência política das ex-colônias.



2 Contudo, da mesma forma como a industrialização tardia latino-americana não competiu com a indústria avançada dos países centrais, sendo complementar a esta (MARINI, 1973), as plataformas locais sul-americanas ocupam nichos periféricos na economia da plataforma comparada às dos países centrais em termos de desenvolvimento tecnológico e organização dos ecossistemas digitais (VAN DIJK; POELL; DE WAAL, 2018).

3 Os modelos algorítmicos das plataformas baseiam-se em cartografias oficiais que ignoram fronteiras entre comunidades dominadas por grupos criminosos rivais, assim como as vias de acesso dentro de favelas construídas não pela planificação estatal ou do capital mas pela auto satisfação das necessidades de estruturas urbanas pelos próprios trabalhadores. É o conhecimento vivo dessas fronteiras e vias por trabalhadores desses territórios que é, portanto, apropriado de modo a garantir a eficiência de suas atividades plataformizadas.

Autores dessas perspectivas como Ricaurte (2019), Kwet (2019), Silveira (2021) e Lippold e Faustino (2022) tendem a uma visão dicotômica da divisão do trabalho entre norte e sul no contexto do capitalismo de plataforma: países do Sul Global são vistas apenas como colônias de dados, submetidos à mineração extrativista de dados brutos pelas Big Techs do Norte e consumidores de seus serviços.

A dicotomia persiste em estudos do “Imperialismo Digital” (BIRZESCU, GAJJALA, 2011) e “Imperialismo de Dados” (MANN, DALY, 2018, GSTREIN, 2020, MANNION, 2020), que articulam a categoria de Imperialismo sem fundamentação teórica rigorosa. Limitam-se a descrever a extração de dados em países periféricos por plataformas do Norte Global e a projeção extraterritorial da regulação de dados da União Europeia sobre outros mercados digitais.

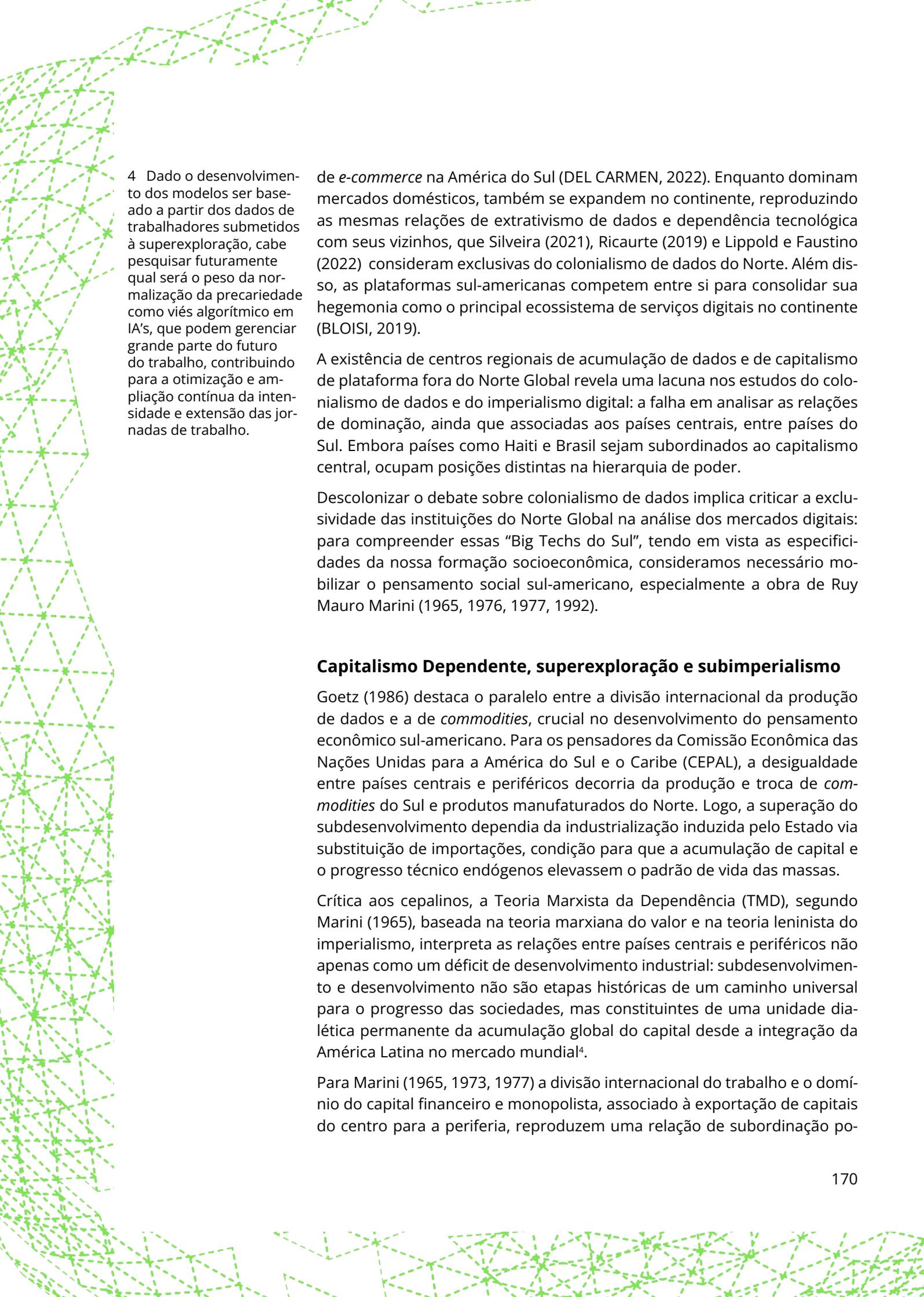
Por outro lado, Fuchs (2016, p. 1) retoma Lenin e Rosa de Luxemburgo para analisar a relação entre imperialismo e a divisão internacional do trabalho no contexto digital. Nesse sentido, destaca a divisão rígida entre os países ocidentais sedes das Big Techs, onde se concentra a análise de dados, e países periféricos, fornecedores de infraestrutura². Na pesquisa brasileira sobre o tema, também investiga-se sobretudo a concentração oligopólica dos mercados digitais em torno das companhias norte-americanas e chinesas (BOLAÑO, BARRETO, VALENTE, 2022), que Valente (2021) designa como monopólios digitais.

Contudo, evidências sugerem que a divisão do trabalho na produção e análise de dados no capitalismo de plataforma não é tão dicotômica entre Norte e Sul: Argentina, Brasil e Colômbia desenvolvem um ecossistema emergente de plataformas próprias que, embora não desafiem a hegemonia global das Big Techs, dominam seus nichos no continente.

São os “unicórnios” sul-americanos, empresas de tecnologia que valem mais de US \$1 bilhão. Por exemplo, o iFood brasileiro vale US \$5,4 bilhões e o Rappi colombiano US \$5,2 bilhões, entre outros 27 unicórnios sul-americanos, capazes de superar as Big Techs globais em seus mercados específicos (CONXTO, 2022).

Tais empresas sul-americanas são baseadas em plataformas digitais: promovem a mediação ativa de interações econômicas e práticas culturais entre diversos agentes sociais, como produtores e usuários de serviços, moduladas pelos interesses proprietários através do domínio da base tecnológica, os sistemas algorítmicos alimentados por dados (SRNICEK, 2017, VALENTE, 2021). Seu sucesso ocorre pela plataformização³ de mercados, como *e-commerce* e *delivery*, nos quais os usuários sul-americanos gastam sete vezes mais em média do que nos serviços de plataformas sociais e de *streaming* das empresas do Norte Global (BERTÃO, 2019).

De fato, o monopólio do iFood no mercado de *delivery* expulsou a Uber Eats do Brasil e o Mercado Livre ultrapassa a Amazon e as plataformas chinesas



4 Dado o desenvolvimento dos modelos ser baseado a partir dos dados de trabalhadores submetidos à superexploração, cabe pesquisar futuramente qual será o peso da normalização da precariedade como viés algorítmico em IA's, que podem gerenciar grande parte do futuro do trabalho, contribuindo para a otimização e ampliação contínua da intensidade e extensão das jornadas de trabalho.

de *e-commerce* na América do Sul (DEL CARMEN, 2022). Enquanto dominam mercados domésticos, também se expandem no continente, reproduzindo as mesmas relações de extrativismo de dados e dependência tecnológica com seus vizinhos, que Silveira (2021), Ricaurte (2019) e Lippold e Faustino (2022) consideram exclusivas do colonialismo de dados do Norte. Além disso, as plataformas sul-americanas competem entre si para consolidar sua hegemonia como o principal ecossistema de serviços digitais no continente (BLOISI, 2019).

A existência de centros regionais de acumulação de dados e de capitalismo de plataforma fora do Norte Global revela uma lacuna nos estudos do colonialismo de dados e do imperialismo digital: a falha em analisar as relações de dominação, ainda que associadas aos países centrais, entre países do Sul. Embora países como Haiti e Brasil sejam subordinados ao capitalismo central, ocupam posições distintas na hierarquia de poder.

Descolonizar o debate sobre colonialismo de dados implica criticar a exclusividade das instituições do Norte Global na análise dos mercados digitais: para compreender essas “Big Techs do Sul”, tendo em vista as especificidades da nossa formação socioeconômica, consideramos necessário mobilizar o pensamento social sul-americano, especialmente a obra de Ruy Mauro Marini (1965, 1976, 1977, 1992).

Capitalismo Dependente, superexploração e subimperialismo

Goetz (1986) destaca o paralelo entre a divisão internacional da produção de dados e a de *commodities*, crucial no desenvolvimento do pensamento econômico sul-americano. Para os pensadores da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América do Sul e o Caribe (CEPAL), a desigualdade entre países centrais e periféricos decorria da produção e troca de *commodities* do Sul e produtos manufaturados do Norte. Logo, a superação do subdesenvolvimento dependia da industrialização induzida pelo Estado via substituição de importações, condição para que a acumulação de capital e o progresso técnico endógenos elevassem o padrão de vida das massas.

Crítica aos cepalinos, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), segundo Marini (1965), baseada na teoria marxiana do valor e na teoria leninista do imperialismo, interpreta as relações entre países centrais e periféricos não apenas como um déficit de desenvolvimento industrial: subdesenvolvimento e desenvolvimento não são etapas históricas de um caminho universal para o progresso das sociedades, mas constituintes de uma unidade dialética permanente da acumulação global do capital desde a integração da América Latina no mercado mundial⁴.

Para Marini (1965, 1973, 1977) a divisão internacional do trabalho e o domínio do capital financeiro e monopolista, associado à exportação de capitais do centro para a periferia, reproduzem uma relação de subordinação po-



5 Através de constantes punições e incentivos automatizados de modo a impor a otimização contínua do ritmo de trabalho físico (FAIRWORK, 2022).

6 Para a compreensão aprofundada dessa unidade dialética na divisão internacional do trabalho e a análise do processo histórico da qual resulta, ver Marini (1973).

lítico-econômica dos países latino-americanos para os centros capitalistas, mesmo após essas nações se tornarem formalmente independentes. As relações de produção dos países periféricos são organizadas para assegurar a reprodução e os interesses dos capitais dos países centrais mais do que a sua acumulação orgânica local, constituindo o capitalismo dependente: a transferência de valor permanente dos países dependentes aos centrais, através de déficits comerciais, pagamento de juros e dívidas, remessas de lucros e royalties.

A compensação para a acumulação local do valor transferido externamente é a superexploração da força de trabalho, identificada por Marini (1965, 1973) na ampliação da extração de mais-valia a partir da redução dos salários para um patamar abaixo do valor da força de trabalho, ou seja, o aumento intenso da taxa de mais-valia nos países dependentes. A superexploração, presente desde a exploração do trabalho escravo nos países latino-americanos, é possível porque o ciclo dos capitais nas economias dependentes “separa a circulação da produção e se efetua basicamente no mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia” (MARINI, 1973, p.18).

Entretanto, se há continuidades entre o regime colonial e o capitalismo dependente, não são processos homogêneos⁵. Transformações na economia internacional capitalista no pós-guerra permitiram o desenvolvimento industrial e de capitais locais nas economias dependentes latino-americanas que permaneceram vedados para países coloniais, como as colônias e semi-colônias africanas⁶ (MARINI, 1973).

No contexto da industrialização tardia de países como Brasil, Argentina e México, a superexploração é necessária devido à necessidade de extrair super lucros suficientes para satisfazer as expectativas de receita dos capitais internacionais, necessários para financiar a industrialização, e a parte correspondente aos seus associados locais. A industrialização sul-americana, portanto, não rompe com a dependência, permanecendo ligada à superexploração do trabalho: predominância do trabalho precário por meio da extensão e intensificação da jornada de trabalho, assim como baixos salários garantidos pela constituição de um exército industrial de reserva ainda maior que nos países centrais (MARINI, 1965, 1973).

Contudo, a elevação da composição orgânica do capital via industrialização dependente esbarra nas limitações dos mercados domésticos, devido ao baixo poder de compra dos trabalhadores superexplorados (MARINI, 1973). Incapazes de competir nos mercados de manufaturados dos países desenvolvidos e limitadas em seus mercados internos, as economias industrializadas dependentes voltam-se para o mercado regional sul-americano, buscando reproduzir com seus vizinhos mais vulneráveis o mecanismo de transferência de valor que o imperialismo as impôs.

7 Para além da inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, Marini (1976, 1992) reconhece a relevância das instituições sociais, culturais e políticas herdadas do regime colonial, assim como do papel político das classes subalternas no capitalismo dependente, negando críticas de que a TMD seria uma teoria “economicista” que desconsideraria os processos nos quais as teorias da colonialidade do poder centram-se.

8 Para a compreensão das razões desse processo, ver Marini (1973, 1976). Cabe frisar a relevância de compreender a permanência atual das assimetrias na inserção no mercado internacional entre países sul-americanos e africanos, cujo fim formal do regime colonial é muito mais recente, a partir das diferenças entre colonialismo, dependência e neocolonialismo, e seus reflexos nos processos distintos de digitalização dessas sociedades. Contudo, esse tema extrapola os objetivos deste trabalho.

A compensação da transferência de valor para os países centrais passa a ocorrer não só pela superexploração endógena, mas pela sua organização em economias vizinhas ainda mais subdesenvolvidas e periféricas, o que Marini (1965, 1976) denominou subimperialismo.

Nem toda industrialização dependente alcança um papel subimperialista: a competição leva a uma potência hegemônica no sistema de poder regional. Nos anos 1970, o Brasil venceu a disputa sul-americana, reorganizando em prol da acumulação de seus capitais uma nova divisão do trabalho dos vizinhos (MARINI, 1976, 1992).

Mas, ao contrário dos imperialismos ascendentes, os projetos subimperialistas não questionam a hegemonia dos países centrais, dos quais ainda dependem tecnologicamente e de capitais. Eles executam o que Marini (1976) chamou de “cooperação antagônica” com os capitais e Estados do Norte: uma complementaridade em seu mercado regional, com alguma competição em nichos específicos e mais autonomia geopolítica do que a maioria dos países periféricos, incluindo alianças pontuais com outras potências regionais.

Relevante na América do Sul, a TMD é pouco conhecida no Brasil, devido à saída precoce de Marini após o golpe de 1964 e à hegemonia pós-moderna no pensamento social após a redemocratização (CARCANHOLO, 2013, MARTINS, 2013). Contudo, a TMD tem sido retomada recentemente no Brasil conforme o neoliberalismo amplia as assimetrias entre economias centrais e periféricas e reacende o debate sobre o subimperialismo brasileiro (CARCANHOLO, 2013, MARTINS, 2013, TEMÍSTOCLES, 2016).

É uma retomada crítica, com Carcanholo (2013) protagonizando a revisão de imprecisões teórico-metodológicas de Marini, como a confusão entre a mercadoria força de trabalho e seu valor de uso, o trabalho, como objeto da superexploração. Já Temístocles (2016) destaca que o subimperialismo brasileiro apresenta um desenvolvimento histórico sujeito a interregnos em função das crises de consenso em torno do projeto nacional entre classes, frações de classe e a alteração da correlação de forças no contexto internacional.

Martins (2013) e Temístocles (2013) destacam a retomada do subimperialismo brasileiro a partir do desgaste do neoliberalismo e a chegada do petismo ao governo. O papel dos capitais brasileiros se amplia qualitativamente na região, com o Brasil apresentando em 2008 um saldo comercial regional de US\$ 19,2 bilhões e suas receitas com remessas de lucros e juros de países da região saltaram de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 12 bilhões entre 2006 e 2008 (MARTINS, 2013).

Além disso, o Brasil reforça a expressão política do seu subimperialismo como potência regional ao liderar a ampliação do Mercosul, a criação da Unasul⁷ (TEMÍSTOCLES, 2016) e através da constituição dos BRICS⁸, buscando uma inserção mais autônoma aos países centrais no sistema internacio-

9 Já Lenin (1984) indicava que os grandes trustes dependem sistematicamente do cálculo exato de uma grande massa de dados.

nal comparada ao período imediatamente anterior aos governos petistas (GARCIA *et al.*, 2021).

No entanto, mesmo nesse resgate recente do pensamento de Marini, permanece a lacuna de como o subimperialismo se intersecciona com o capitalismo de plataforma contemporâneo.

Plataformas sul-americanas: superexploração e espoliação

Se a TMD origina-se da crítica às promessas de desenvolvimento da teoria cepalina, hoje é preciso analisar criticamente as expectativas de desenvolvimento em torno do Big Data e da Inteligência Artificial (IA). Conforme o Relatório da OCDE (2015), *Data-Driven Innovation: Big Data for Growth and Well-Being*, Big Data e IA são vistos como propulsores de crescimento econômico e social, aumentando o PIB da América do Sul em US\$ 678 bilhões (OVANESSOFF; PLASTINO, 2017) até 2030.

Contudo, atualmente a apropriação hegemônica dessas tecnologias se dá por modelos de propriedade, governança e negócios em torno da plataforma da sociedade (VAN DIJK, POELL, DE WAAL, 2018). A ponto de Srnicek (2017) propor que esse processo marque um novo período, o capitalismo de plataforma: a enorme concentração de capital, mercado e centralidade social de plataformas digitais a partir de efeitos rede e da aliança entre capital especulativo e inovação tecnológica dentro da desregulamentação neoliberal.

As plataformas sul-americanas somam-se às consultorias globais e aos organismos multilaterais na construção do imaginário tecno otimista dessa transformação profunda, como Fabrício Bloisi (2019, p.1), CEO do iFood, demonstra: “Dizem que a IA é ruim porque mata empregos, mas cria milhões de empregos a mais... Espero que fique mais claro para a sociedade brasileira que podemos acelerar o crescimento econômico investindo em tecnologia”.

O iFood é a principal plataforma no Brasil a se posicionar por meio de estratégias de comunicação em busca de consenso social em torno do capitalismo de plataforma (GROHMANN, 2022). Plataforma que organiza 200 mil trabalhadores em nove países da América do Sul (BLOISI, 2019), é apenas uma das Big Techs sul-americanas que, em grande parte, baseiam seu sucesso na intensificação do trabalho precário (FAIRWORK, 2022).

As plataformas de mediação do trabalho são o setor com o maior valor de mercado e usuários entre as *startups* latino-americanas (STATISTA, 2022). Essa vocação da América Latina para a criação de plataformas digitais de trabalho nativas, em mercados como o de *delivery*, onde são mais eficientes do que as ocidentais (BLOISI, 2022)⁹, baseia-se na intensa precariedade do trabalho no continente (GROHMANN; ARAÚJO, 2022).

Rappi, iFood, 99, Loggi e GetNinjas são algumas das principais plataformas fundadas em países sul-americanos e oferecem as piores condições



10 União de Nações Sul-Americanas, fórum que reúne os países do continente em torno da agenda da integração regional com o objetivo declarado de fortalecer políticas e instituições comuns regionais, seguindo exemplo da União Europeia (TEMÍSTOCLES, 2016).

de trabalho de plataforma do planeta (FAIRWORK, 2022), com destaque para o Brasil, que só não é pior que Bangladesh (GROHMANN, 2022). Segundo Grohmann e Araújo (2021), assim como Barreto e Valente (2023), essa precariedade latino-americana não pode ser compreendida como um fenômeno neoliberal recente intrínseco às plataformas digitais, perspectiva dos autores que analisam o trabalho por plataforma nos países centrais enquanto uma *"gig economy"*, dado que, nos países sul-americanos, o trabalho precário sempre foi hegemônico. Contudo, nenhum desses autores analisa as razões estruturais históricas dessa precariedade permanente no continente sul-americano.

Assim, é necessário recuperar a TMD para uma análise historicamente contextualizada da plataformização do trabalho na América do Sul: a precariedade discutida na literatura sobre plataformização do trabalho corresponde a análises empíricas, no contexto do capitalismo de plataforma, dos mecanismos da superexploração prevista pela TMD nas economias dependentes.

Se Mbembe (2018) fala de um "devir negro" da humanidade como generalização da violência racializada e da necropolítica, ensaisticamente poderíamos tratar a emergência global da *"gig economy"* como um "devir sul-americano" do trabalho, em controvérsia com o futuro do trabalho previsto pelo "capitalismo imaterial" e "cognitivo" por autores como Cocco (2012).

O aumento do trabalho morto decorrente da revolução da automação digital reforça no capitalismo dependente não o desaparecimento do trabalho vivo precário, físico e exaustivo, mas a pressão pela superexploração como forma de compensar a tendência da queda da taxa de lucro. A plataformização do trabalho envolve a destruição de jornadas e salários fixos, assim como a incorporação pelos trabalhadores de custos da sua atividade (BARRETO, VALENTE, 2023), além da otimização algorítmica da intensidade da jornada por meio de monitoramento contínuo, meios fundamentais de intensificar sua superexploração.

A síntese desigual e combinada de Big Data e superexploração na América do Sul pode ser resumida na figura dos entregadores guiados por aplicativos em bicicletas como os ciborgues do capitalismo tardio. Do ponto de vista dos seus corpos como máquinas motoras, permanece a previsão de Marx (2014, p. 466) de que "a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede aí o uso da maquinaria, tornando-o supérfluo do ponto de vista do capital". Em lugar dos drones testados nos países centrais, esses entregadores se comportam como drones de carne.

Nesse sentido, a redução da autonomia do trabalhador diante do monitoramento intensivo de sua conduta e da orientação desta pelos sistemas algorítmicos das plataformas¹⁰ reforça em novos níveis a subsunção real do trabalho constituída desde que "o trabalhador perdeu o controle que tinha sobre o processo de produção, cuja estrutura e ritmo passam a ser ditados pela máquina" (BOLAÑO, 2002, p. 55).

11 Bloco político-diplomático formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

12 Essas políticas oscilaram ao longo dos diversos ciclos político-econômicos da sociedade brasileira. Para as transformações mais recentes desde o Governo Dilma, ver Seto (2021).

Bolaño (2000) destaca, para essa redução da autonomia dos trabalhadores na gênese do capitalismo industrial, o papel do que denominou “acumulação primitiva do conhecimento”: o processo de apropriação do conhecimento dos artesãos¹¹ pelos capitalistas que, articulado com o conhecimento decorrente do desenvolvimento científico submetido ao capital, permitiu ao capitalismo a subsunção real do trabalho e o desenvolvimento técnico incessante das forças produtivas.

A plataformização do trabalho é apenas mais uma expressão contemporânea do processo de subsunção do trabalho intelectual atrelado à generalização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) (BOLAÑO, 2002). As plataformas exigem *feedbacks* constantes dos seus trabalhadores para a atualização contínua de seus modelos algorítmicos (GROHMANN; ARAÚJO, 2021), de modo a codificar em seus sistemas os saberes processuais dos trabalhadores (BOLAÑO, 2002) e incorporar as soluções criadas por estes diante das falhas dos algoritmos ante as complexidades não datificadas das realidades urbanas latino-americanas.

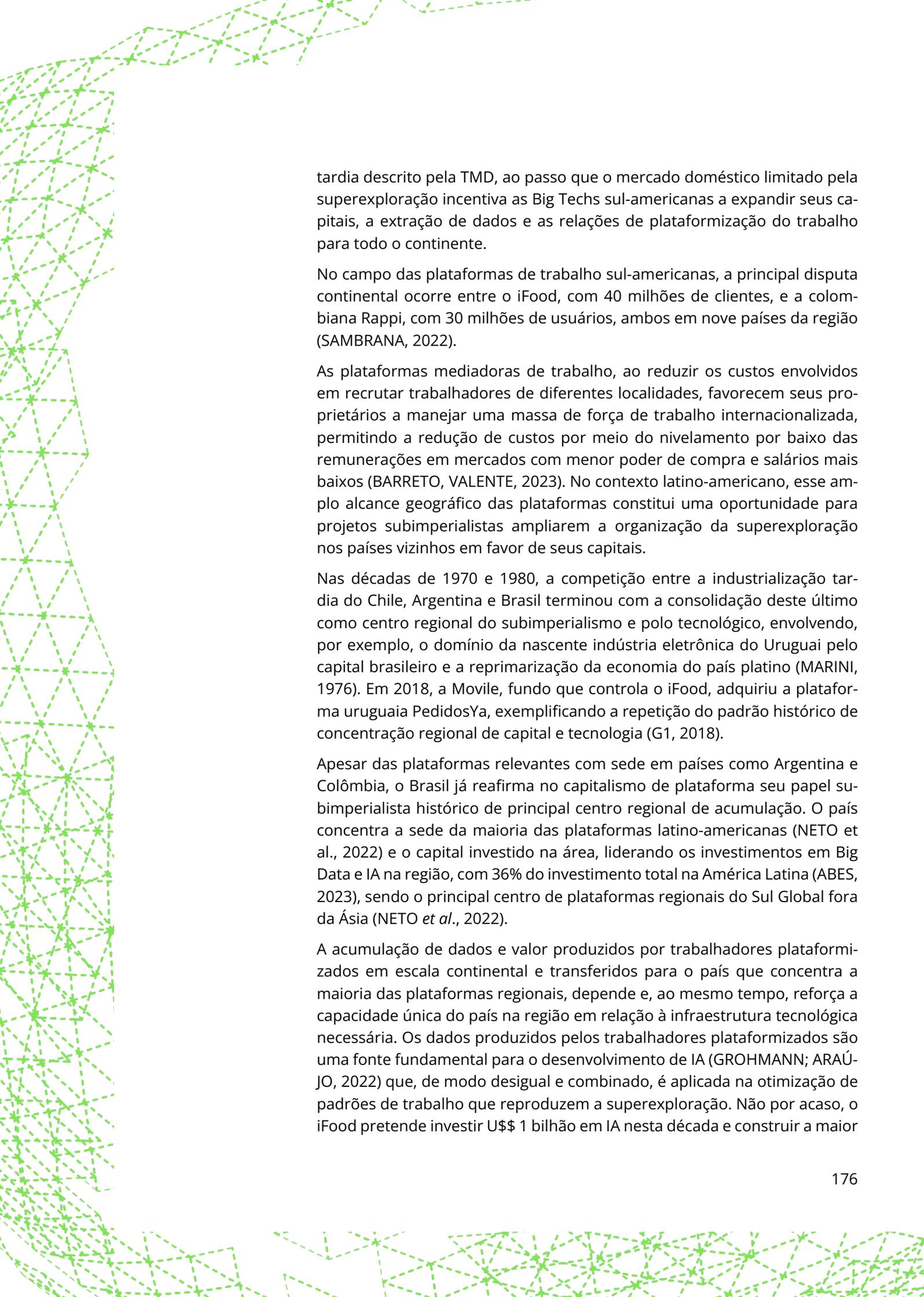
Cada correção, pelo entregador, da rota sugerida pelos sistemas das plataformas, frente, por exemplo, a vias informais e fronteiras paramilitares invisíveis na cartografia oficial¹², é imediatamente datificada e reificada pelo algoritmo. Esse processo, que intensivamente espolia os saberes dos profissionais, da mesma forma que na acumulação primitiva do conhecimento, ao incorporá-lo nos modelos computacionais, ao mesmo tempo objetiva tornar a curadoria humana menos necessária e, portanto, reduzir os trabalhadores ao seu papel de trabalho físico indiferenciado (SETO, 2020).

No contexto do trabalho de plataforma, esses saberes são datificados, assim como o conjunto das atividades realizadas pelo trabalhador, de modo que, além da ampliação da produção de valor via otimização algorítmica da superexploração, ocorre a produção de dados por parte dos trabalhadores, insumos fundamentais para o desenvolvimento de plataformas baseadas em IA e Big Data.

Essa é uma nova dimensão da organização da superexploração no continente, a dupla acumulação de valor e dados a partir da mediação do trabalho por plataforma, que, em um contexto de capitalismo oligopólico marcado pelo papel do subimperialismo brasileiro, favorece a constituição do Brasil como centro regional de acumulação de dados e capital associado a Big Data a partir da expansão continental de suas plataformas.

Subimperialismo de Dados

No Brasil, maior mercado digital do continente, apenas 33% das pessoas ganham mais de US\$500 por mês (ALBUQUERQUE, 2022), mas essa minoria compõe 92% dos consumidores de plataformas de *delivery* e mobilidade (DELIVERY MUCH, 2020). Repete-se o padrão suntuário da industrialização



tardia descrito pela TMD, ao passo que o mercado doméstico limitado pela superexploração incentiva as Big Techs sul-americanas a expandir seus capitais, a extração de dados e as relações de plataformização do trabalho para todo o continente.

No campo das plataformas de trabalho sul-americanas, a principal disputa continental ocorre entre o iFood, com 40 milhões de clientes, e a colombiana Rappi, com 30 milhões de usuários, ambos em nove países da região (SAMBRANA, 2022).

As plataformas mediadoras de trabalho, ao reduzir os custos envolvidos em recrutar trabalhadores de diferentes localidades, favorecem seus proprietários a manejar uma massa de força de trabalho internacionalizada, permitindo a redução de custos por meio do nivelamento por baixo das remunerações em mercados com menor poder de compra e salários mais baixos (BARRETO, VALENTE, 2023). No contexto latino-americano, esse amplo alcance geográfico das plataformas constitui uma oportunidade para projetos subimperialistas ampliarem a organização da superexploração nos países vizinhos em favor de seus capitais.

Nas décadas de 1970 e 1980, a competição entre a industrialização tardia do Chile, Argentina e Brasil terminou com a consolidação deste último como centro regional do subimperialismo e polo tecnológico, envolvendo, por exemplo, o domínio da nascente indústria eletrônica do Uruguai pelo capital brasileiro e a reprimarização da economia do país platino (MARINI, 1976). Em 2018, a Movable, fundo que controla o iFood, adquiriu a plataforma uruguaia PedidosYa, exemplificando a repetição do padrão histórico de concentração regional de capital e tecnologia (G1, 2018).

Apesar das plataformas relevantes com sede em países como Argentina e Colômbia, o Brasil já reafirma no capitalismo de plataforma seu papel subimperialista histórico de principal centro regional de acumulação. O país concentra a sede da maioria das plataformas latino-americanas (NETO *et al.*, 2022) e o capital investido na área, liderando os investimentos em Big Data e IA na região, com 36% do investimento total na América Latina (ABES, 2023), sendo o principal centro de plataformas regionais do Sul Global fora da Ásia (NETO *et al.*, 2022).

A acumulação de dados e valor produzidos por trabalhadores plataformizados em escala continental e transferidos para o país que concentra a maioria das plataformas regionais, depende e, ao mesmo tempo, reforça a capacidade única do país na região em relação à infraestrutura tecnológica necessária. Os dados produzidos pelos trabalhadores plataformizados são uma fonte fundamental para o desenvolvimento de IA (GROHMANN; ARAÚJO, 2022) que, de modo desigual e combinado, é aplicada na otimização de padrões de trabalho que reproduzem a superexploração. Não por acaso, o iFood pretende investir U\$ 1 bilhão em IA nesta década e construir a maior



13 Segredos cuja transmissão entre as gerações era rigorosamente supervisionada pelas guildas de artesãos, assim como as inovações empíricas obtidas na produção por cada trabalhador que passam a ser monitoradas por técnicos de modo a serem registradas como propriedade intelectual do capital e possam ser reproduzidas e aprimoradas em escala industrial de modo alheio ao controle dos trabalhadores que as criaram (BOLAÑO, 2000; SETO, 2020).

14 Para o conceito de plataformação, ver Van Dijck, Poell, De Wall (2018).

15 Com a exceção *sui generis* da China (FUCHS, 2016).

base de dados do continente sobre o comportamento de estabelecimentos, entregadores e clientes (BLOISI, 2019)¹³.

Além disso, o Brasil é o único país do Sul Global entre os dez países com maior capacidade de supercomputação, com um supercomputador com 2,4 petaflops totalmente dedicado ao desenvolvimento de IA (TOP500, 2023). A concentração do fluxo, armazenamento e processamento de dados da região no país o torna o único pólo localizado na América do Sul entre os 25 principais centros globais dos fluxos de dados e comunicação (MCKINSEY, 2019).

Essa realidade resulta de um conjunto de políticas do Estado Brasileiro, desde a década de 1980¹⁴, baseadas na percepção da relevância dos fluxos de dados¹⁵ e da constituição de capacidade computacional para a produção de riqueza:

Como os fluxos de dados transnacionais são fluxos de recursos, quando fontes de dados são exportadas e importadas como produtos finais, usuários finais agem como meros consumidores. Isso reduz os esforços de estruturar a informação domesticamente criando problemas de longo prazo para uma sociedade pobre em recursos informacionais e baixo desenvolvimento econômico (BRASIL, 1983, p. 138).

Embora a autonomia dos centros subimperialistas seja limitada pelo imperialismo, a cooperação antagônica permite certo grau de contradição entre capitais subimperialistas e imperialistas. Goetz (1986) destaca a política de soberania informacional do Brasil de seus fluxos de dados e o sucesso em conseguir, por meio da sua regulação, subordinar os investimentos estrangeiros a constituir capacidade computacional, armazenamento de dados e desenvolvimento de software locais. Se a política nacional brasileira chegou a receber fortes críticas da IBM, principal companhia da área no período, conseguiu consolidar-se com a associação de capitais estrangeiros concorrentes.

Apesar da reconversão neoliberal do setor produtivo brasileiro a partir de 1990, a internet e a infraestrutura digital brasileira persistem com uma governança digital singular em relação a outros países em desenvolvimento graças à atuação de instituições como o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) e a consolidação do sistema de servidores e redes financiados com os recursos do registro.br. Essa infraestrutura, associada às ilhas de excelência tecnológica baseadas em centros públicos de pesquisa (MARINI, 1977; CASTELO, 2013), permitiu condições tecnológicas privilegiadas para a emergência de plataformas digitais brasileiras e a disputa do mercado continental.

Os líderes das Big Techs sul-americanas sabem que a disputa só se resolve em nível continental:



Minha referência mais proeminente é Tencent e Alibaba; na América do Sul, o Mercado Libre... eles são mais vitais para nós do que a referência do Facebook, que era global...ele [Mercado Libre] não foi para o resto do mundo; concentrou-se no Brasil; México e Argentina. A palavra-chave não é expansão global; é um ecossistema forte [para o iFood]. (BLOISE, 2022, p. 1).

A aquisição da PedidosYa, entre outras dezenas de plataformas locais e de outros países pelo iFood, visa formar um ecossistema digital proprietário para o mercado continental inspirado nas Big Techs chinesas (BLOISE, 2022), que possuem maior concentração de serviços digitais do que as empresas ocidentais. Caso do WeChat, da Tencent, que integra comunicação, streaming, compras, mídia social e serviços financeiros (CHEN *et al.* 2018). Em retaliação, a colombiana Rappi busca acionar os organismos antitrustes dos diversos países para impedir a integração monopólica horizontal e vertical da concorrente brasileira (SAMBRANA, 2022).

Como no subimperialismo da industrialização tardia, a disputa pelas áreas de influência entre monopólios é associada ao capital financeiro endógeno e ao capital dos países centrais. No exemplo do iFood, o aporte de U\$\$ 2 bilhões do banco brasileiro Itaú é combinado com U\$\$ 500 milhões do japonês SoftBank Fund e uma participação de 50% do conglomerado sul-africano Naspers (MARI, 2019; HERMES, 2022). A aposta do capital internacional nas plataformas sul-americanas acompanha as previsões de triplicar as empresas do continente entre as 500 com maior receita no mundo entre 2010 e 2025 (MCKINSEY, 2019).

O Softbank é central para o mercado de tecnologia latino-americano: seu fundo de US\$ 5 bilhões na América Latina detém 60% dos unicórnios latino-americanos (INGIZA, 2021). O papel da Naspers revela as potenciais alianças regionais no subimperialismo de dados, pois, além de plataformas sul-africanas como a Mxti, ela investe em diversas plataformas latino-americanas, na russa Mail.ru e até na chinesa Tencent, fato relevante quando consideramos o foco contemporâneo dos BRICS no debate sobre o subimperialismo (GARCIA *et al.* 2021).

Conclusão

A apresentação da hipótese do subimperialismo de dados busca provocar um novo enfoque nas relações datificadas entre centro e periferia do capitalismo e atualizar a teoria do subimperialismo, a partir da perspectiva do capitalismo de plataforma. Buscamos também, a partir da discussão realizada, ter contribuído para a compreensão das especificidades da plataformização do trabalho no capitalismo dependente, com foco em uma região onde o Brasil historicamente (MARINI, 1965, 1977) e contemporaneamente (MARTINS, 2013; TEMÍSTOCLES, 2016) atua como uma potência subimperialista.



Comparado ao subimperialismo histórico, a inovação reside na expansão da sua estratégia de acumulação para os mercados digitais. A datificação latino-americana possibilita atualizar a superexploração por meio de plataformas de trabalho digital que se apropriam dos saberes, do valor e dos dados produzidos por trabalhadores em escala continental, articulando uma nova dimensão de ação subimperialista: a extração de dados de nações vizinhas.

A combinação de acumulação de valor e dados extraídos dos vizinhos sul-americanos por meio da expansão de suas plataformas favorece o Brasil a se tornar um centro regional de dados e capital associados à acumulação de Big Data, uma potência subimperialista de dados. O potencial do subimperialismo de dados brasileiro se manifesta na concentração, no país, da maioria das plataformas sul-americanas, dos fluxos de dados regionais e dos investimentos em Big Data na região.

Diante dos limites desse trabalho inicial, futuros estudos poderão aprofundar a relação com a TMD e a obra de Marini, focar no diálogo com a Economia Política da Comunicação e ampliar as evidências empíricas a partir de diferentes elementos: a exportação inter-regional de capitais associados a Big Data e IA; a cartografia do fluxo transfronteiriço de dados; e a investigação do papel do Estado no desenvolvimento do subimperialismo de dados.

A abordagem na América do Sul não limita sua relevância global: outros países dos BRICS podem ser centros de subimperialismos de dados ainda mais avançados. E as plataformas do Norte Global podem aprender com as inovações de suas rivais do sul.

Frente a hostilidade das Big Techs do Norte à sindicalização (FELITTI, 2022), o iFood, por exemplo, organiza seus fóruns de trabalhadores e atua na academia e no terceiro setor (GROHMANN, 2022). A emergência de uma nova aristocracia sindical dos precários digitais associada ao transformismo de seus intelectuais orgânicos, ao patronato e ao capital financeiro seria apenas uma atualização da tradição conciliatória do continente.

Se o subimperialismo de dados não nega a hegemonia das Big Techs do norte e chinesas, complexifica reivindicações de soberania algorítmica como a de Silveira (2021). Se novos governos progressistas sul-americanos podem atualizar a política de campeãs nacionais para o capitalismo de plataforma, entre um cooperativismo de plataforma com sede no norte e a apologia de plataformas nacionais subimperialistas, toda aspiração à soberania precisa ser classista, interseccional e plurinacional.

Por fim, plataformas endógenas trazem à luz trabalhadores invisíveis na tese das colônias digitais: desenvolvedores e cientistas de dados latino-americanos. A disputa de seu papel pode ser crucial para a autonomia tecnológica com plataformas públicas e comunitárias, uma coalizão com os trabalhadores precários e a criação de políticas de redução de danos para os efeitos sociais do modelo tecnológico das Big Techs abaixo do equador.

Referências

- ABES. **Brazilian Software Market**, 2023. Disponível em: <<https://shre.ink/9hSS>>. Acesso em 21. jan. 2022.
- ALBUQUERQUE, M. **70% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos**. Correio Braziliense, 23 de novembro, p.12, 2022.
- BARRETO, H., VALENTE, J. C. L. As múltiplas mediações do trabalho pelas plataformas digitais: uma visão a partir da Economia Política da Comunicação. **Revista Brasileira de Ciência da Informação e Documentação**, v. 18, n.1, p.1-15, 2023.
- BASTOS, M. D.; BERNARDI, G.; LONCOMILLA, G. V. M. Diálogos entre a Teoria Marxista da Dependência e a Economia Política da Comunicação para o século XXI: As novas tramas do imperialismo na América Latina e a comunicação como forma social. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n.150, p.97-112, 2022.
- BERTÃO, N. Brasileiro já gasta 9% do orçamento com apps de transporte e outros 7% em delivery de comida. **Valor Investe**, 02 set. 2019, p. 4.
- BIRZESCU, A.; GAJJALA, R. Digital Imperialism through Online Social/Financial Networks. **Economic and Political Weekly**, v. 46, n. 13, p. 40-47, 2011.
- BLOISI, F. Empresas tradicionais lutarão para sobreviver às big techs brasileiras. [Entrevista concedida a] MARI, A. **Forbes**, São Paulo, 2022.
- BLOISI, F. **Os ambiciosos planos de Fabricio Bloisi para o iFood**. [Entrevista concedida a] SAMBRANA, C. Disponível em: <neofeed.com.br/blog/home/exclusivo-os-ambiciosos-planos-de-fabricio-bloisi-para-o-iFood-e-sua-visao-sobre-a-concorrencia>. Acesso em: 07 janeiro 2022.
- BOLAÑO, C. R. S. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo; Hucitec, 2000.
- BOLAÑO, C. R. S. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da sociedade Brasileira de Economia Política**, n.11, p. 53-78, 2002
- BOLAÑO, C. R. S.; BARRETO, H. M. R.; VALENTE, J. C. L. Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação. **Avatares de la Comunicación y la Cultura**, n. 24, dez. 2022, p. 1-25. ISSN 1853-5925.
- BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. Secretaria Especial de Informática. Ministério das Comunicações. **Transborder data flows and Brazil: the role of transnational corporations, impacts of transborder data flows, and effects of national policies: the Brazilian case study**. Brasília, 1983, p.418.
- CARCANHOLO, M. D. (Im)precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo. **Razón y Revolución: teoría, historia, política**, v. 25, p. 91-124, 2013.



CASTELO, R. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no Brasil contemporâneo. **Revista Em Pauta**, v. 11, p. 119-138, 2013.

CHEN, et al. **Super-sticky WeChat and Chinese Society**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2018.

COCCO, G. **Trabalho e cidadania: produção e direitos na crise do capitalismo global**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

CONXTTO. **The Complete List of Latin American Unicorns**. Disponível em: <<https://contxto.com/en/news/the-latin-american-unicorns-galloping-to-success/>>. Acesso em: 20 janeiro de 2022.

DEL CARMEN, G. Mercado Livre é o maior e-commerce da América Latina. **Terra**, 20 setembro de 2022, p. 1. Disponível em: <terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/meu-negocio/mercado-livre-e-o-maior-e-commerce-da-america-latina-aponta-pesquisa,ad72a6937b9610b14b4bef982fc2063a-fqagqu1b.html>. Acesso em: 20 janeiro 2022.

DELIVERY MUCH. **Pesquisa delivery online no Brasil em 2020**. Disponível em <<https://blog.deliverymuch.com.br/numeros-do-delivery-online-no-brasil/>>. Acesso em 20. abr 2023.

FAIRWORK. **Fairwork Annual Report 2022**. Oxford; Berlin: Fairwork, 2022.

FELITTI, G. **A luta contra os sindicatos expõe o lado atrasado da Big Tech**. Disponível em: <<https://manualdousuario.net/podcast/tecnocracia-65>>. Acesso em: 14 janeiro de 2022.

FONTES, V. M. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FUCHS. Digital Labor and Imperialism. **Monthly Review**, v.67 n.8, p. 14-24, 2016.

G1. **iFood anuncia aquisição de Pedidos Já**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/02/iFood-anuncia-aquisicao-da-pedidos-ja>>. Acesso em: 14 janeiro de 2022.

GARCIA et al. Western Imperialism and the Role of Sub-imperialism in the Global South. Disponível em:<<https://shre.ink/9vIU>>. Acesso em 23. jan. 2023.

GOETZ, A. M. . Information Capacity and Power in North-South Relations: Transborder Data Flow and the Case of Brazil. **Millennium: Journal of International Studies**, v.15, n.1,p. 48-72, 1986.

GROHMANN, R. Entrevista especial com Rafael Grohmann. [Entrevista concedida a] NATUSCH, I. **Democracia e Mundo do Trabalho em debate**, online, maio de 2022. Disponível em: <<https://www.dmtemdebate.com.br/dentre-os-paises-avaliados-pelo-fairwork-brasil-so-fica-acima-de-bangladesh-entrevista-especial-com-rafael-grohmann/>>. Acesso em 10. mai. 2023.

GROHMANN, R; ARAÚJO. O chão de fábrica (brasileiro) da inteligência artificial: a produção de dados e o papel da comunicação entre trabalhadores de Appen e Lionbridge. **Palavra Chave**, v.24, n.3, e2438, 2021.

GSTREIN, O. J. Right to be Forgotten: European Data Imperialism, National Privilege, or Universal Human Right? **Review of European Administrative Law**, v. 1, p. 125-152, 2020.

HERMES, F. **Empresa sul-africana paga R\$28,2 bilhões pelo iFood**. Disponível em: <<https://blocktrends.com.br/empresa-sul-africana-paga-r282-bilhoes-pelo-iFood-6-vezes-a-receita>>. Acesso em: 20 janeiro 2022.

KWET, M. Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South. **Race & Class**, v.60, n.4, 2019.

LENIN, V. I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Lisboa: Avante, 1984.

LIPPOLD, W; FAUSTINO, D. Colonialismo Digital, Racismo e Acumulação Primitiva de Dados. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v.14, n.2, p.56-78, ago. 2022.

MANN, M.; DALY, A. [Big] Data and the North-in-South: Informational Imperialism and Digital Colonialism in Australia. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 44-58, Oct. 2018.

MANNION, C. Data imperialism: The GDPR's disastrous impact on Africa's E-commerce markets. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**, v. 53, p. 685-711, 2020.

MARINI, R. M. Brazilian interdependence and imperialist integration. *Monthly Review*, v. 17, n. 7, p. 14-24, 1965.

MARINI, R. Dialética da dependência, 1973.in: Ruy Mauro Marini: Vida e Obra (Org. TRASNPADINI, R; STEDILE, J.P). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, R. Crisis del pacto andino: El fracaso del desarrollismo. *El Sol de México*, 14 out. 1976, p. 4. Hemeroteca Nacional de México – UNAM.

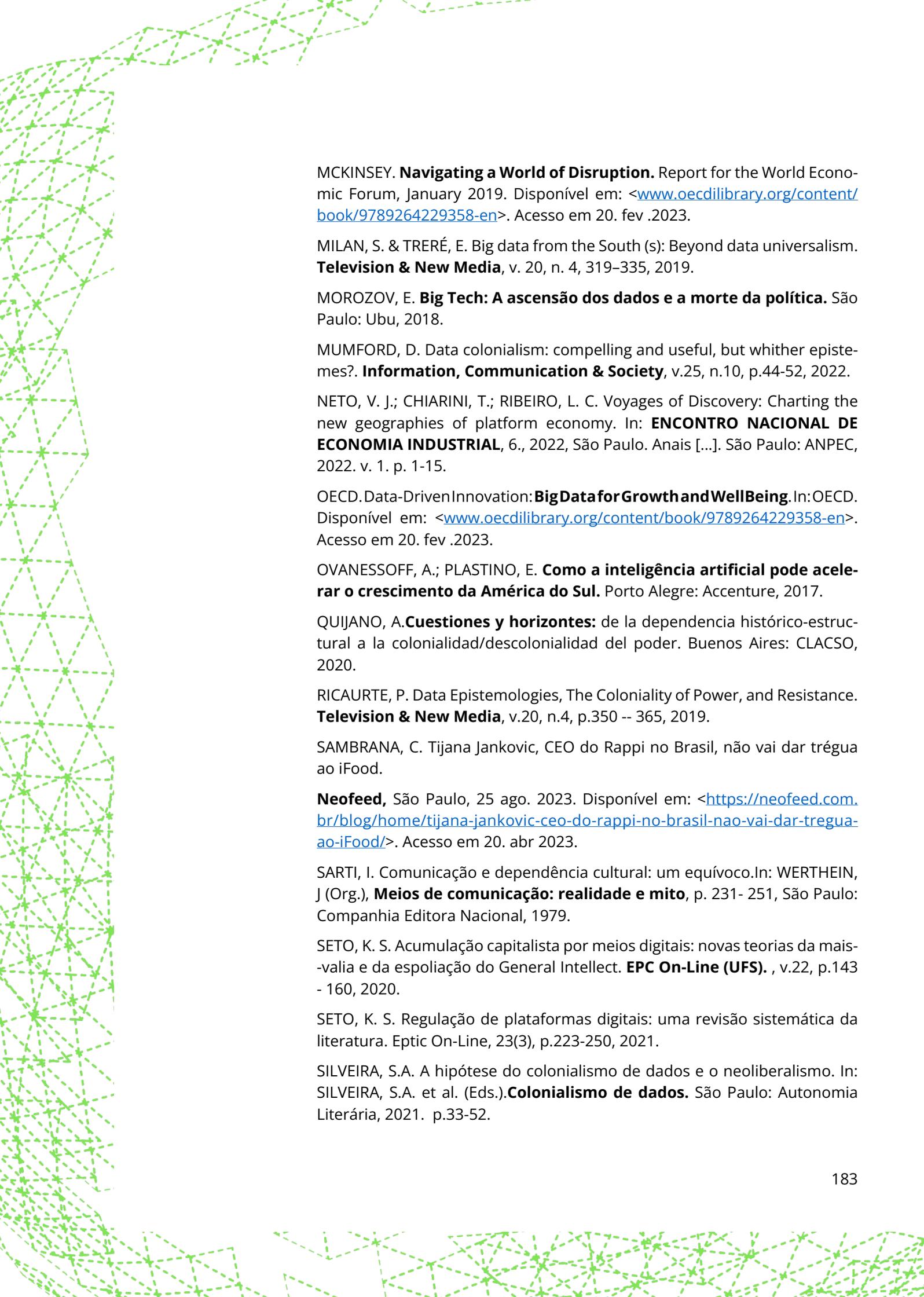
MARINI, R. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, p. 20-39, 1977.

MARINI, R. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARTINS, C. E. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. **Pensata**, v. 3, n. 1, p. 30-64, nov. 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N1 edições, 2018.



MCKINSEY. **Navigating a World of Disruption**. Report for the World Economic Forum, January 2019. Disponível em: <www.oecdilibrary.org/content/book/9789264229358-en>. Acesso em 20. fev .2023.

MILAN, S. & TRERÉ, E. Big data from the South (s): Beyond data universalism. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, 319–335, 2019.

MOROZOV, E. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

MUMFORD, D. Data colonialism: compelling and useful, but whither epistemes?. **Information, Communication & Society**, v.25, n.10, p.44-52, 2022.

NETO, V. J.; CHIARINI, T.; RIBEIRO, L. C. Voyages of Discovery: Charting the new geographies of platform economy. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL**, 6., 2022, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPEC, 2022. v. 1. p. 1-15.

OECD. Data-Driven Innovation: **Big Data for Growth and WellBeing**. In: OECD. Disponível em: <www.oecdilibrary.org/content/book/9789264229358-en>. Acesso em 20. fev .2023.

OVANESSOFF, A.; PLASTINO, E. **Como a inteligência artificial pode acelerar o crescimento da América do Sul**. Porto Alegre: Accenture, 2017.

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

RICAURTE, P. Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance. **Television & New Media**, v.20, n.4, p.350 -- 365, 2019.

SAMBRANA, C. Tijana Jankovic, CEO do Rappi no Brasil, não vai dar trégua ao iFood.

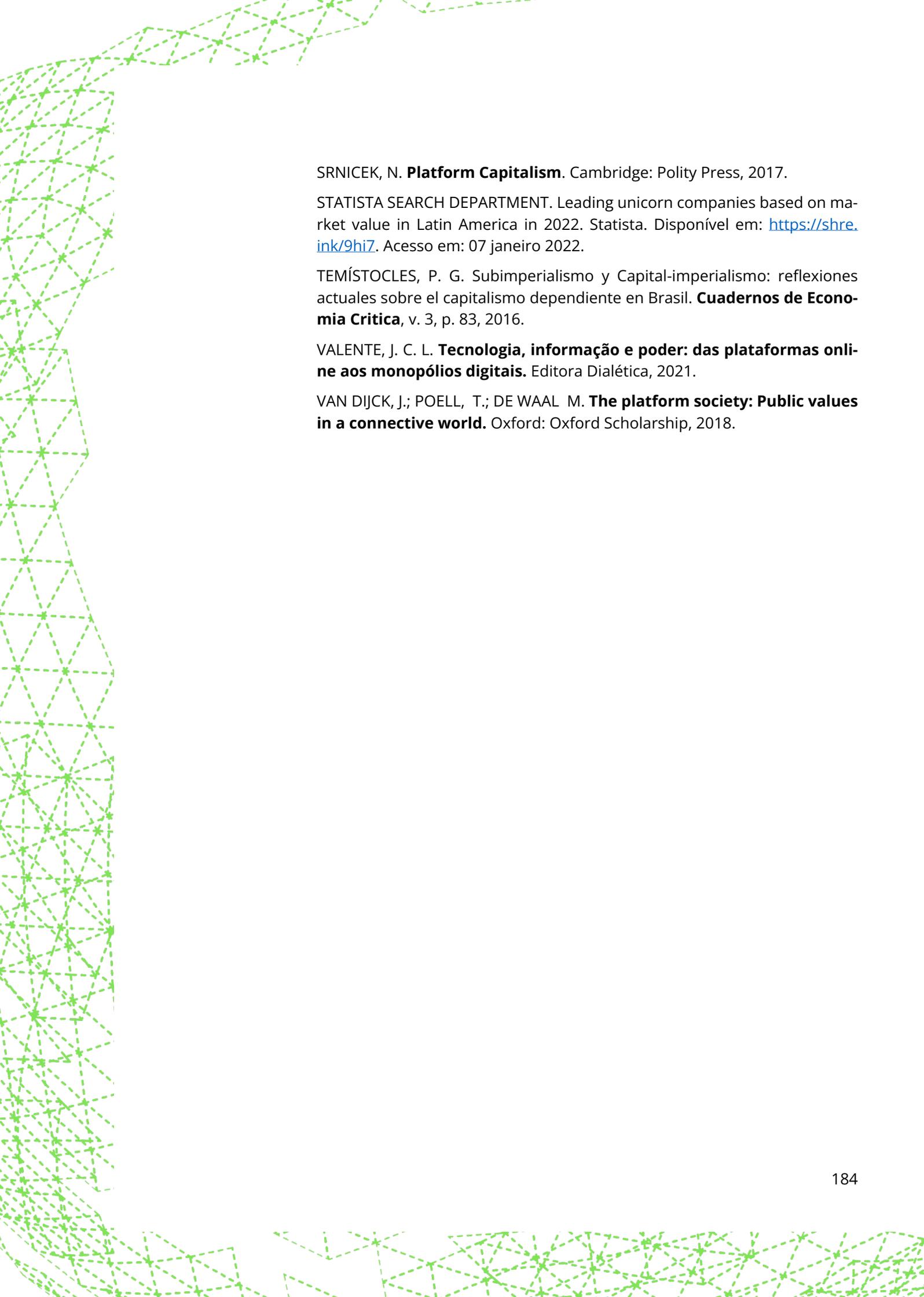
Neofeed, São Paulo, 25 ago. 2023. Disponível em: <<https://neofeed.com.br/blog/home/tijana-jankovic-ceo-do-rappi-no-brasil-nao-vai-dar-tregua-ao-iFood/>>. Acesso em 20. abr 2023.

SARTI, I. Comunicação e dependência cultural: um equívoco. In: WERTHEIN, J (Org.), **Meios de comunicação: realidade e mito**, p. 231- 251, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SETO, K. S. Acumulação capitalista por meios digitais: novas teorias da mais-valia e da espoliação do General Intellect. **EPC On-Line (UFS)**, v.22, p.143 - 160, 2020.

SETO, K. S. Regulação de plataformas digitais: uma revisão sistemática da literatura. **Eptic On-Line**, 23(3), p.223-250, 2021.

SILVEIRA, S.A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: SILVEIRA, S.A. et al. (Eds.). **Colonialismo de dados**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p.33-52.



SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STATISTA SEARCH DEPARTMENT. Leading unicorn companies based on market value in Latin America in 2022. Statista. Disponível em: <https://shre.ink/9hi7>. Acesso em: 07 janeiro 2022.

TEMÍSTOCLES, P. G. Subimperialismo y Capital-imperialismo: reflexiones actuales sobre el capitalismo dependiente en Brasil. **Cuadernos de Economía Crítica**, v. 3, p. 83, 2016.

VALENTE, J. C. L. **Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais**. Editora Dialética, 2021.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL M. **The platform society: Public values in a connective world**. Oxford: Oxford Scholarship, 2018.